

10 PROCESSO ELETRÔNICO NO TRIBUNAL REGIONAL DA 13ª REGIÃO – ASPECTOS HISTÓRICOS

Marcônio Albuquerque Madruga¹

1 INTRODUÇÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região desponta no cenário nacional, atualmente, como uma das Cortes de Justiça mais bem desenvolvidas em tecnologia da informação, especialmente em razão da instalação, com sucesso, de suas Varas eletrônicas.

Mas nem sempre foi assim.

As unidades judiciárias e administrativas deste Regional, há relativamente poucos anos, possuíam – acreditem – quatro sistemas distintos, incomunicáveis entre si, para fazer o acompanhamento processual das 1) Varas do Trabalho do Interior; 2) Varas do Trabalho da Capital; 3) Sede do Tribunal (área judicial) e 4) Sede do Tribunal (área administrativa). Desses quatro sistemas, três utilizavam a linguagem de programação *Clipper* e um usava a ferramenta para gestão de base dados *Oracle* (na Capital, o antigo SAP – Sistema de Acompanhamento Processual).

Era necessário criar uma solução para esse estado de coisas, especialmente porque, a partir de 2001, por meio do Ato GDGCJ.GP nº 450/2001, o Tribunal Superior do Trabalho passou a exigir de todos os Regionais a adoção de uma numeração única para os processos desta Justiça Especializada, o que, à época, era uma ação pioneira.

Muitos Tribunais, não podendo cumprir integralmente essa determinação, porque não possuíam os recursos materiais e/ou tecnológicos necessários, ou mesmo mão-de-obra especializada em quantidade suficiente para vencer esse desafio, decidiram adotar uma sobreenumeração, mantendo, nos seus sistemas de informação, por baixo da interface visível, a mesma numeração de antanho.

Não foi o que fez o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba.

E foi essa decisão – aliada à inafastável continuidade administrativa, calcada no princípio

¹ O autor é servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, atualmente exercendo o cargo em comissão de Secretário-Geral da Presidência. Bacharel em Direito pela UFPB. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Potiguar e pela Esmat 13. Licenciado em Letras Clássicas, Vernáculos e Língua Inglesa pela UFPB.

da eficiência – que propiciou o passo inicial da evolução tecnológico-procedimental deste Regional, rumo ao processo eletrônico, hoje uma realidade nas Varas do Trabalho do estado da Paraíba.

2 HISTÓRICO DA INFORMATIZAÇÃO NO TRT DA 13ª REGIÃO

2.1 DE 1990 a 2000

Os primórdios da informatização da Justiça do Trabalho da 13ª Região coincidiram com o início da década de noventa, quando os primeiros terminais de computação IBM foram instalados no edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho e no Fórum Maximiano Figueiredo, sede das então Juntas de Conciliação e Julgamento da João Pessoa/PB.



O sistema ainda era aquele de tela escura e letras verdes e o banco de dados se situava em Brasília, no prédio do Tribunal Superior do Trabalho. O *link* era sofrível. Muitas vezes, os servidores do Tribunal e da Distribuição dos Feitos das Juntas de Conciliação e Julgamento tinham de trabalhar à noite, para conseguir, com muito esforço, lançar e extrair as informações do banco de dados.

A partir de 1994, iniciou-se o processo de implantação das redes locais, nas Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital e do interior, com a simultânea migração dos dados armazenados no Tribunal Superior do Trabalho para a rede deste Regional.

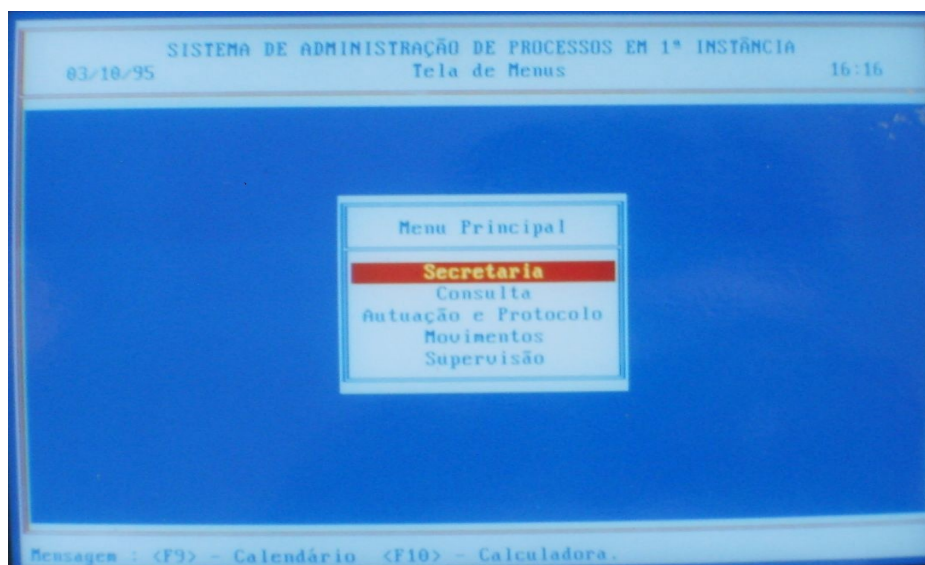
Naquele ano, foi implantado, na Junta de Conciliação e Julgamento de Mamanguape – primeira a ser informatizada na plataforma deste TRT –, o Sistema de Administração de Processos de 1ª Instância – SAP1, que, já então, atendia desde a autuação do processo até a sua conclusão,

facilitando a tarefa dos servidores e dos magistrados, ante a melhoria do acesso às informações, andamentos processuais e localização física dos autos.

O SAP1 foi desenvolvido em linguagem de programação *Clipper*, que usava sistema operacional DOS, hoje em desuso, conquanto ainda sejam muitos os que defendem o *Clipper* como uma das melhores linguagens de tecnologia da informação.

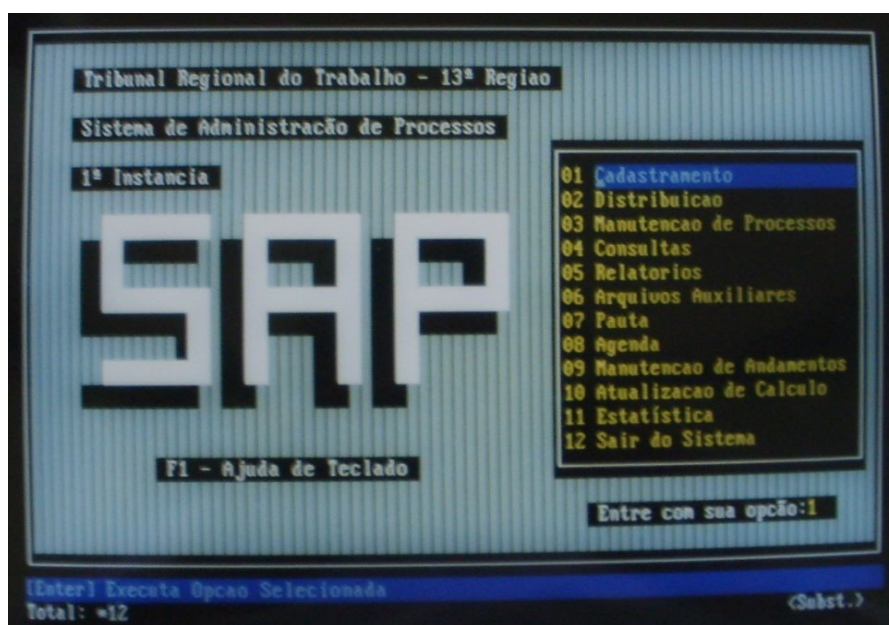
Tela do SAP – 1ª Instância, de 1995

Naquela mesma época – 1994 –, implantou-se o banco de dados *Oracle* como a plataforma



deste Regional.

Progressivamente, entre 1995 e 1997, foram instaladas as redes locais nas demais Juntas de Conciliação e Julgamento, exceto as da Capital, com a implantação concomitante do Sistema de Administração de processos de 1ª Instância em cada unidade, inclusive em Campina Grande.



Tela inicial do SAP – 1ª Instância

É pertinente citar reportagem da época, para demonstrar o momento importante por que

passava o Regional, no que tange à moralidade e à eficiência administrativa, dentro do espírito de modernização. Dizia-se que o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba destacava-se...

... pela considerável ampliação do sistema de informatização, obedecendo as diretrizes emanadas da necessidade de modernização da Justiça. A rapidez, a eficácia, a eficiência, a moralidade administrativa, tão urgentes e exigidas nesta modernização, requerem a ampliação dos sistemas de informatização, e o acesso garantido ao público dessas informações, como fundamentos básicos de sustentação.

Recentemente foi concluída a meta mais importante da administração: todas as Juntas de Conciliação e Julgamento do Estado estão informatizadas, e contam, cada uma, com uma Rede Local e uma quantidade de estações de trabalho e impressoras proporcional ao seu movimento de processos, além de terem os seus servidores treinados nos programas que serão utilizados.²

Efetivamente, em 1996, ocorreu a implantação do Sistema de Administração de Processos de 2ª Instância na plataforma do TRT da 13ª Região, em substituição ao anacrônico programa anterior, eliminando a dependência que o Regional tinha do banco de dados do TST e possibilitando a informatização imediata do Serviço de Cadastramento Processual e da Secretaria do Tribunal Pleno.

Nesse mesmo período – 1996/1997 –, alcançou-se, finalmente, a interligação entre as unidades judiciárias da Capital de primeira e segunda instância.

Na mesma reportagem citada, encontra-se o seguinte excerto:

Na Capital, estão sendo implantados os novos sistemas de Acompanhamento de Processos de 1ª Instância para *Windows* e Cálculo Trabalhista, ambos utilizando o banco de dados *Oracle*. Para atender a demanda, a quantidade de computadores na rede das Juntas da Capital passou de 14 (quatorze) para 52 (cinquenta e dois). O Sistema de Acompanhamento de Processos atende desde a autuação do processo até a sua conclusão, oferecendo às partes e advogados maior agilidade no acompanhamento dos processos e aos servidores das JCs melhor qualificação dos seus serviços.³

Naquela época, o 13º Regional já era visto como um Tribunal inovador, tanto assim que, em 1998, cedeu técnicos para prestar assessoramento e auxiliar na implantação do Sistema de Acompanhamento de Processos de 2ª Instância do TRT da 14ª Região, favorecendo, com isso, a parceria entre Tribunais congêneres. Outra ação importante nesse ano foi a implantação da página do TRT da 13ª Região na *internet*, oferecendo à comunidade jurídica dados sobre os processos de 1º e 2º graus, além de jurisprudência, artigos, entre numerosas outras informações.

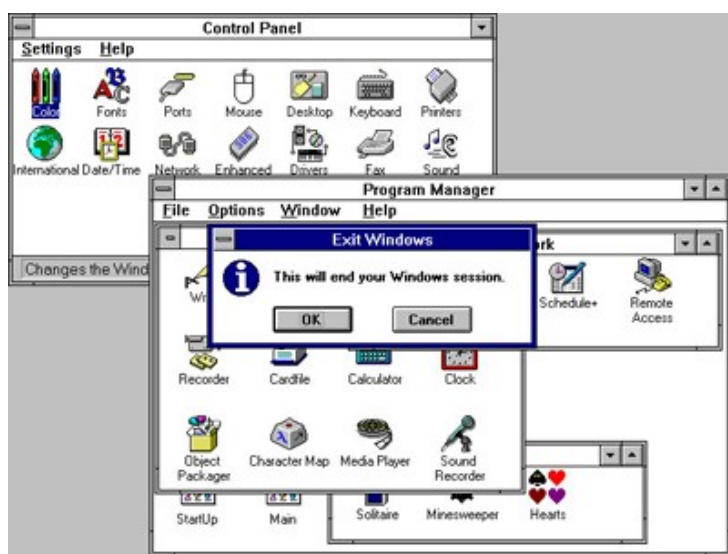
A evolução prosseguiu, nos anos seguintes, com diversas realizações, entre as quais não se pode deixar de mencionar o SISAP – Sistema de Administração de Protocolos, fazendo a informatização do acompanhamento dos protocolos (processos) administrativos, ainda em *Clipper*,

² Texto publicado em jornal local, obtido de arquivos da Secretaria de Tecnologia da Informação

³ Idem.

cujas plataformas eram o sistema operacional DOS.

Abrem-se parênteses para lembrar que DOS é a sigla para *Disk Operating Systems* (Sistema Operacional de Disco), nome dado ao sistema operacional presente na maioria dos computadores entre 1981 e o surgimento do *Windows 3.1*, em 1992. O mais comum era o MS-DOS, da *Microsoft*. Na era do DOS, em vez do ambiente gráfico repleto de ícones que se utiliza em nossos dias, os comandos para que os computadores abrissem ou fechassem programas eram dados pelo teclado, e era necessário memorizar incontáveis códigos, hoje impensáveis para o usuário comum.



Exemplo da interface do Windows 3.1

Porém, em 2000, foi implantada, nas Varas do Trabalho de João Pessoa, a nova versão do SAP1 – Sistema de Administração de Processos da 1ª Instância, agora na plataforma *Windows 95*, com utilização do banco de dados *Oracle*.

2.2 DE 2001 a 2009

2.2.1. Unificação da numeração dos processos

Como foi dito na introdução deste texto, a partir de 2001, por meio do Ato GDGCJ.GP nº 450/2001, o Tribunal Superior do Trabalho prescreveu, para toda a Justiça do Trabalho, uma numeração única de processos, com a finalidade de levar a efeito a planejada interligação dos sistemas de tecnologia da informação de todas as Varas e Tribunais que a integram, possibilitando, com isso, uniformização e, por consequência, maior facilidade de acesso ao andamento processual.

A estrutura dessa numeração permanece a mesma, ainda hoje, sendo composta por grupos de dígitos relativos ao número do processo, ano, Vara do Trabalho, Regional, sequencial e dígito verificador, de acordo com o seguinte modelo: PPPPP-AAAA-VVV-RR-SS-D. Mesmo o Ato GDGCJ.GP nº 175/2002 fez somente diminutas alterações na norma anterior, pois apenas a aperfeiçoou com relação a poucos aspectos.

Em pequena digressão, registre-se que, a partir de janeiro 2010, com a implantação da nova numeração única, desta vez abrangendo todo o Poder Judiciário, aquela uniformização primeira, antes restrita à Justiça do Trabalho, vai sofrer alterações. Essa transformação decorre da determinação contida na Resolução nº 65 do CNJ. A nova estrutura da composição numérica terá vinte dígitos, específicos para identificação de processos por unidade de origem, ano do ajuizamento do processo, órgão ou segmento do Poder Judiciário, Tribunal do respectivo segmento ou circunscrição judiciária. Tenciona-se proporcionar maior segurança e celeridade ao jurisdicionado, dispensando memorizações de vários números em processos de uma mesma demanda.

A propósito, o nosso Regional participou ativamente das discussões sobre a alteração da numeração única, na Justiça do Trabalho, para adequação aos moldes determinados pelo Conselho Nacional de Justiça para todo o Judiciário. Em janeiro de 2010, então, estaremos prontos e passaremos a operacionalizar o SUAP já com o novo modelo de numeração.

2.2.2. *Clipper, Windows e Oracle*

Viu-se anteriormente que o SAP (de primeira e de segunda instâncias) foi originalmente desenvolvido em *Clipper*, baseado em DOS, sistema operacional que não mais acompanhava as demandas tecnológicas existentes no TRT da 13ª Região.

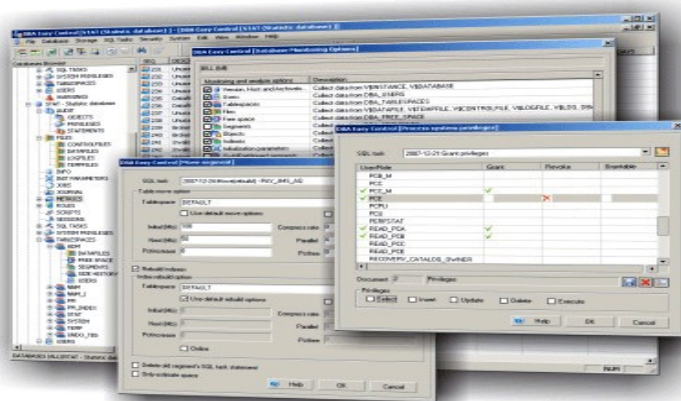
Para bem definir o tema, é necessário esclarecer que *Clipper* é uma linguagem de programação de computadores, criada há aproximadamente vinte e quatro anos, sendo considerada por muitos uma das melhores linguagens. Entretanto, atualmente, como a programação se tornou mais complexa, porque o usuário moderno exige interface mais bem elaborada, com gráficos e figuras que tornam a navegação mais intuitiva, esse mesmo *Clipper* tem se mostrado obsoleto e, por isso mesmo, tem perdido espaço no mercado de *softwares*.



Exemplo de interface do Clipper

Já o *Oracle* pode ser conceituado, talvez de forma um pouco simplista, como uma ferramenta cliente/servidor para gestão de bases de dados. É um produto comercializado e utilizado mundialmente, estando presente nas maiores empresas nacionais e multinacionais, e, no Poder Judiciário brasileiro, que é caso que nos interessa, está instalado, entre outros, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho e nos Tribunais Regionais respectivos.

A seguir, vemos um exemplo da interface gráfica dos formulários do *Oracle*, em ambiente *Windows*.



Na verdade, a Justiça do Trabalho, a partir de 2004, principalmente, passou a investir, maciçamente, em um projeto de modernização baseado em *Oracle*. Um artigo publicado em 2007 noticiava:

São Paulo, *OpenWorld Latin America 2007*.

Até 2009, a Justiça do Trabalho pretende promover uma ampla integração da base de informações dos vinte e quatro Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), abrangendo, ainda, as 1.378 Varas do Trabalho. Por trás desse esforço, trabalham muitos fornecedores, com destaque para os serviços *Oracle* e o seu banco de dados de última geração (...) fabricante que garante alta disponibilidade a ampla capacidade de expansão do sistema, à medida da necessidade dos usuários.

Nos próximos três anos, a modernização das três instâncias da Justiça do Trabalho prevê a substituição do processo convencional de tramitação de informações por meio do papel pelo eletrônico, com a criação de uma base única de dados para formar o Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho.⁴

Era inevitável, então, que o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região modernizasse, o quanto antes, os seus sistemas de tecnologia da informação, adequando-os a conceitos e opções mais modernas, consentâneas com as necessidades dos usuários – jurisdicionados e servidores –, agora mais exigentes.

Assim é que, entre 2001 e 2002, a Secretaria de Informática, hoje denominada Secretaria de Tecnologia da Informação, passou a se dedicar ao desenvolvimento de um sistema seguro e confiável. E, de forma concomitante, a administração propiciou investimentos relevantes na renovação dos equipamentos de *hardware*, sem o que não teria sido possível, em seguida, instalar e trabalhar no SUAP.

O processo de desenvolvimento do SUAP (Sistema Unificado de Administração de Processos) foi analisado utilizando-se Modelagem Entidade-Relacionamento, com projeto implementado em banco de dados *Oracle*. A interface com o usuário foi desenvolvida com a ferramenta *Oracle Forms/Reports*, em ambiente *Windows*.

No final de 2004, o SUAP, ainda incipiente, já havia sido implantado em todas as dezenove Varas da 13ª Região existentes na época.

2.2.3. Criação do SUAP – 2003/2004

O biênio 2003/2004 certamente será lembrado, na história do TRT da 13ª Região, como aquele em que se deu substancial atenção à tecnologia da informação. Foi nesse período que se criou a Comissão de Informática, mantida pelas sucessivas administrações até o presente, com pequenas alterações em sua composição. Essa comissão, a partir dali, se transformaria no Centro de Decisões sobre os rumos da tecnologia da informação no Regional.

Naqueles dois anos, de forma pioneira no Tribunal, foi elaborado o Plano Diretor de Informática, que possibilitou vislumbrar, com acerto técnico, as melhores decisões estratégicas,

4 In http://www.oracle.com/global/br/corporate/press/2007_mar/justica_do_trabalho.html (acesso em 26/11/2009).

entre as quais o próprio desenvolvimento de um sistema – o SUAP – que pudesse unificar todos os quatro modelos comunicáveis que existiam antes dele.

Foram instalados, nas salas de audiências de todas as Varas do Trabalho, conjuntos de monitores de cristal líquido ou LCD, para acompanhamento simultâneo da audiência pelos advogados e partes; foi implantada a rede corporativa da Justiça do Trabalho na Paraíba, mediante interligação de todos os Fóruns e unidades administrativas, possibilitando a integração das informações, não sem estabelecer, ao mesmo tempo, os necessários serviços de segurança – *firewall* – na rede; foi disponibilizado o novo sítio do Tribunal na *internet*, bem como o novo sistema de *webmail*, para ampla comunicação eletrônica corporativa.

Entre tantas outras ações executadas na época, podem se destacar, ainda, a aquisição de leitores óticos e impressoras a *laser* para todas as Varas, para possibilitar o uso de códigos de barra e agilizar os procedimentos operacionais no envio e na recepção de processos; a criação e instalação do Sistema de Ouvidoria, para cadastramento e acompanhamento das reivindicações e sugestões dos diversos setores da sociedade, estabelecendo um canal direto com o Tribunal; implantação do serviço *push*, que coloca à disposição de usuários cadastrados a remessa automática de informações mediante correio eletrônico.

A implementação do Sistema Único de Administração de Processos – SUAP em todas as Varas do Trabalho, porém, foi o ponto alto e fundamental desse período, porque impulsionou, definitivamente, a modernização do Tribunal, para consecução de seu objetivo maior, que é atender o jurisdicionado com qualidade e destreza.

Este sistema estabeleceu um padrão de trabalho nos procedimentos operacionais das Varas, proporcionando aos jurisdicionados acesso a um ambiente integrado e padronizado, que permite sua utilização independentemente da localização em que se encontram. Partes, advogados e Juízes passaram a dispor do andamento das ações em tempo real; podiam consultar, via *internet*, sentenças e despachos na íntegra.

Insta salientar que o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, entre os seus congêneres, foi o primeiro a ter suas bases de dados e de consultas unificadas nas duas instâncias da jurisdição.

Convém aqui fazer nova digressão, para destacar, mais uma vez, a importância da continuidade administrativa entre as sucessivas gestões dos Órgãos públicos e, neste caso concreto, do TRT da 13ª Região.

Com efeito, toda a evolução exposta neste texto é fruto do trabalho de vários gestores, dirigido a um só propósito: a boa aplicação dos recursos públicos visando ao bem do jurisdicionado e ao atendimento da missão institucional desta Casa de Justiça. Nessa linha de raciocínio, foi fundamental, para incremento da qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Tecnologia da

Informação, a realização de concurso público para a área respectiva, o que possibilitou que o Tribunal, hoje, disponha de quadro de servidores na área de tecnologia, com dimensão confortável em relação a outros Tribunais.

2.2.4. Possibilidades e evolução do SUAP

Desde a implantação inicial do Sistema Único de Administração de Processos, já era possível confeccionar eletronicamente algumas peças processuais, como despachos, inserção de resultados de incidentes processuais, atas de audiências e sentenças. Esses documentos eram feitos no editor de textos *Word* ou no próprio SUAP e disponibilizados em tempo real aos interessados.

Eram os passos iniciais rumo à implantação das Varas do Trabalho Eletrônicas.

Especialmente a partir de 2007 – logo após a edição da Lei nº 11.419/2006, a chamada Lei do Processo Eletrônico –, o TRT da 13ª Região começou a se preparar, efetivamente, para a implantação de procedimentos eletrônicos, ou seja, a criação de uma Vara do Trabalho Eletrônica, sem materialização de peças processuais.

As atualizações e aperfeiçoamentos do SUAP que se sucederam culminaram com essa inevitável realidade. De fato, o sistema passou a agregar, além das peças já produzidas eletronicamente, outras que, embora fossem físicas, eram digitalizadas e incluídas no sistema por meio dos protocolos. Em suma, toda petição que era juntada aos autos físicos era replicada no sistema, de sorte que, a partir daí, os jurisdicionados, servidores e magistrados do TRT da 13ª Região passaram a conviver com o processo em meio físico, simultaneamente com a sua versão digital, em PDF (*Portable Document Format*), dentro do SUAP.

Convém registrar o apoio que todos os atuais desembargadores do 13º Regional deram à iniciativa de tornar eletrônico o processo judicial, paulatinamente.

Um passo primordial foi a edição da Resolução Administrativa nº 53/2007, por meio da qual o Tribunal, considerando as inovações trazidas ao processo judicial pela Lei nº 11.419/2006 e levando em conta que o SUAP já oferecia, na *internet*, informações sobre os textos das atas, sentenças, despachos, mandados e certidões expedidas pelos Diretores de Secretaria e Oficiais de Justiça, e vislumbrando a necessidade de também disponibilizar aos jurisdicionados, com rapidez e eficiência, o conteúdo das petições e documentos juntados aos autos processuais, como forma de agilizar o conhecimento das informações de interesse das partes e advogados, resolveu, unanimemente, determinar que todos os requerimentos protocolizados nas 1ª e 2ª Instâncias do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, inclusive as petições iniciais, fossem digitalizados e anexados aos respectivos números de protocolos gerados pelo SUAP, nos serviços de protocolo que

os recebessem.

Paralelamente a essa decisão, a Presidência do Regional delegou ao Secretário do Tribunal Pleno a incumbência de fazer a distribuição eletrônica dos feitos de competência original do Tribunal, autorizando-o a assinar o procedimento de forma digital, nos termos da Lei do Processo Eletrônico.

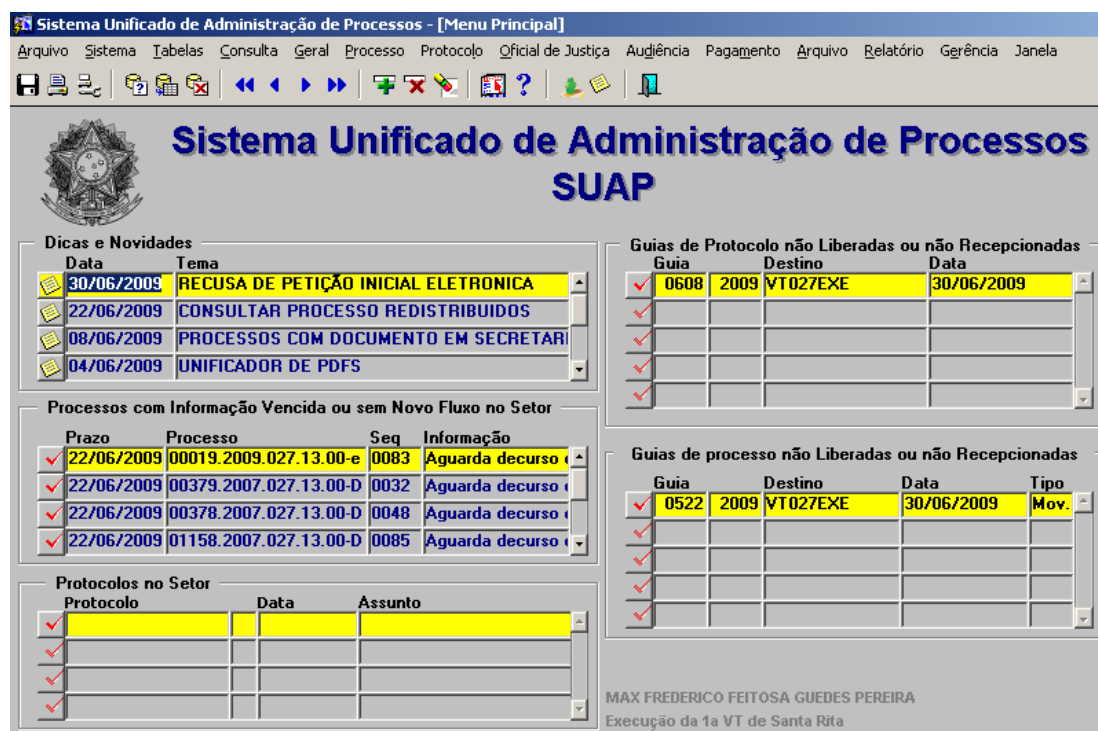


Imagem da tela de entrada do SUAP

Diversos outros serviços, então, foram sendo agregados ao SUAP.

O SISPAE permite, desde 2007, a apresentação e processamento dos requerimentos dos servidores de forma exclusivamente eletrônica. Ao ingressar na Secretaria de Gestão de Pessoas, o requerimento é protocolizado e passa a ter tramitação no SUAP, onde os despachos, pareceres e decisões são acompanhados pelos requerentes na *intranet* ou *internet*.

O **Requisitório de Precatório Eletrônico** também passou a ser uma realidade. Esse sistema permite o processamento eletrônico do Requisitório de Precatório e Requisição de Pequeno Valor contra a Fazenda Pública Federal.

Foi o primeiro sistema 100% eletrônico da área judiciária do TRT da 13ª Região.

Até mesmo o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União passaram a emitir **pareceres eletrônicos**, mediante utilização do gabinete virtual.

Em seguida, foi a vez de as **cartas precatórias** na Região se restringirem à sua forma eletrônica. A sua expedição e processamento se fazem por meio do módulo de Carta Precatória Digital/Eletrônica disponível no SUAP.

De grande importância, porém, para a consolidação do processo eletrônico, foi a criação do **Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho**, no âmbito Regional.

Como o Tribunal já planejava instalar a primeira Vara do Trabalho Eletrônica do Brasil, era primordial a criação do Diário Eletrônico. Assim é que, mais uma vez, o Tribunal Pleno, apoiando as iniciativas, aprovou as Resoluções Administrativas 33/2008 e 34/2008, criando e regulamentando o diário eletrônico.

Essa nova ferramenta foi capaz de proporcionar ao Tribunal espantosa economia anual, no que tange aos seus gastos com a expedição de comunicados às partes, os mais diversos, pelos correios.

Frise-se que apenas posteriormente é que foi criado o Diário Eletrônico Nacional, ao qual todos os Regionais, uns mais cedo, outros mais tarde, aderiram. Nesse ponto, cabe também salientar que a 13ª Região tem contribuído para aperfeiçoamento do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. Atualmente, por exemplo, já existem *links* diretos do site do DJ_e Nacional para o processo eletrônico da 13ª Região: quando o usuário vê uma intimação eletrônica no diário nacional, basta clicar no número do processo que ele será, automaticamente, redirecionado para dentro do processo eletrônico do Regional.

Diário Eletrônico da JUSTIÇA DO TRABALHO da 13ª Região - Paraíba

ANO II Nº 241 - João Pessoa - PB

Disponibilização: Segunda-feira, 29 de Junho de 2009 - Publicação: Terça-feira, 30 de Junho de 2009

Composição do Tribunal

Edvaldo de Andrade
Presidente

Paulo Américo Maia de Vasconcelos Filho
Vice-Presidente e Ouvidor

Vicente Vanderlei Nogueira de Brito

Ana Maria Ferreira Madruga

Francisco de Assis Carvalho e Silva

Afrânio Neves de Melo

Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega

Carlos Coelho de Miranda Freire

DDD João Pessoa - (0xx83)

Presidência (Recepção)	3 533	6 100
Secretaria Geral da Presidência	3 533	6 094
Chefe de Gabinete	3 533	6 104
Vice- Presidência	3 533	6 030
Diretoria Geral	3 533	6 020
Secretaria do Tribunal Pleno	3 533	6 133
Secretaria Judiciária	3 533	6 111
Corregedoria	3 533	6 074
Secretaria de Tecnologia da Informação	3 533	6 053
Secretaria Administrativa	3 533	6 010
Secretaria de Gestão de Pessoas	3 533	6 088
Serviço de Recursos	3 533	6 115
Serviço de Cadastro Processual	3 533	6 125
Serviço de Precatório e Requisitório	3 533	6 117
Serviço de Adm. e Pagamento de Pessoal	3 533	6 078
Coordenador de Publicação e Informação	3 533	6 155

Outros telefones do TRT 13ª Região

Nesta Edição

Tribunal

Presidência

Atas 02

Portarias 02

Secretaria do Tribunal Pleno 02

Secretaria Judiciária 25

Serviço de Recursos 27

Varas do Trabalho

João Pessoa

Central de Mandados de João Pessoa 28

1ª Vara do Trabalho de João Pessoa 29

2ª Vara do Trabalho de João Pessoa 30

3ª Vara do Trabalho de João Pessoa 34

4ª Vara do Trabalho de João Pessoa 36

5ª Vara do Trabalho de João Pessoa 38

6ª Vara do Trabalho de João Pessoa 41

7ª Vara do Trabalho de João Pessoa 43

8ª Vara do Trabalho de João Pessoa 44

9ª Vara do Trabalho de João Pessoa 48

Campina Grande

1ª Vara do Trabalho de Campina Grande 49

2ª Vara do Trabalho de Campina Grande 52

3ª Vara do Trabalho de Campina Grande 52

4ª Vara do Trabalho de Campina Grande 53

5ª Vara do Trabalho de Campina Grande 55

Santa Rita

1ª Vara do Trabalho de Santa Rita 56

2ª Vara do Trabalho de Santa Rita 58

Varas do Trabalho de Areia 58

Varas do Trabalho de Catolé do Rocha 58

Varas do Trabalho de Guarabira 59

Varas do Trabalho de Itaiana 59

Varas do Trabalho de Itaporanga 60

Varas do Trabalho de Mimosas 61

Varas do Trabalho de Monteiro 63

Varas do Trabalho de Patos 63

Varas do Trabalho de Sousa 67

Consulta Processual online por número do processo ou por advogado

Consulta Processual online por número do processo ou por advogado

Imagem da primeira página do Diário Eletrônico local disponibilizado em 29/06/2009

Em seguida, foi a vez da criação do **Portal de Serviços**, solução eletrônica que disponibilizou aos advogados que atuam na Justiça do Trabalho da Paraíba, com a utilização da tecnologia Java, as ferramentas necessárias para intervenção integral nos processos, mediante consulta integral dos autos, protocolização de petições, marcação de sustentação oral, ingresso de ações, podendo ele praticar esses e muitos outros atos processuais de qualquer lugar do planeta, bastando possuir um ponto de acesso à rede mundial de computadores.



Imagem do Portal de Serviços disponível no site do TRT da 13ª Região

2.2.5. Estágio atual do Processo Eletrônico

2.2.5.1. Varas eletrônicas de Santa Rita

A gradativa implantação dos sistemas eletrônicos mencionados, além de outros que se deixa de relacionar, ante o reduzido espaço deste texto, permitiu, finalmente, a instalação da primeira Vara do Trabalho Eletrônica do Brasil, em Santa Rita/PB, em março de 2008. Seis meses depois, foi inaugurada a 2ª Vara da mesma cidade, nascendo totalmente eletrônica. A esse evento compareceu o então Corregedor da Justiça do Trabalho, Ministro João Oreste Dalazen, que se disse “bafejado pela sorte”, pelo fato de celebrar evento tão marcante para a Justiça do Trabalho em nível nacional.

Nas Varas do Trabalho de Santa Rita, todos os atos praticados nos processos, do princípio ao fim, incluindo audiência, sentença, execução, pagamento, acontecem de forma digital.

Não existem autos físicos.

A petição inicial pode ser enviada eletronicamente, por intermédio do portal de serviços do TRT13, ou fisicamente. No segundo caso, a Vara digitaliza a peça, formaliza o processo eletrônico e devolve a petição impressa ao advogado. Nas petições enviadas eletronicamente, o sistema envia

por *e-mail*, no ato do peticionamento, um recibo provisório; e, no momento da autuação do processo, encaminha automaticamente o número da ação e a data da audiência, esta também eletronicamente apazada.

A notificação inicial, por obrigação da Lei, é materializada e enviada pelos correios. Após a ciência do demandado, ela é digitalizada, incluída no processo eletrônico e guardada em pasta própria na Secretaria da Vara, pelo tempo que a Lei exige.

Na audiência, o Juiz pode receber a defesa eletrônica ou fisicamente e a apresenta à parte contrária para se manifestar. A audiência transcorre normalmente. Havendo peças físicas, elas são devolvidas às partes respectivas, depois de digitalizadas e inseridas no SUAP. Na ata existe uma certidão, em que as partes assumem a guarda dos originais. Na Vara não fica nenhum documento.

Os despachos, notificações, ofícios e demais comunicados às partes são enviados eletronicamente, mediante Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. Esses documentos são assinados pelos magistrados ou servidores de forma eletrônica ou digital, como definido em lei específica.

2.2.5.2. TRT Eletrônico

No dia treze de março deste ano, o Tribunal Regional da Paraíba, continuando seu processo de migração dos procedimentos físicos para a nova realidade do meio eletrônico, fez o lançamento do TRT ELETRÔNICO, dando, com isso, “realce nacional ao pequeno estado da Paraíba, erguendo-o a nível tecnológico de vanguarda, pois será o primeiro Tribunal do Trabalho do Brasil que processará suas ações originárias por meio eletrônico”, nas palavras do Presidente do Tribunal, pronunciadas na ocasião.

É importante destacar que o lançamento do TRT Eletrônico se mostrou oportuno porque os servidores da sede do Regional já dominavam a técnica necessária para o processamento eletrônico dos feitos, uma vez que na sede do Regional já tramitavam os recursos advindos das Varas de Santa Rita. E os advogados, por sua vez, já haviam comprovado as sensíveis vantagens do novo sistema: podiam agora ingressar com requerimentos até a meia-noite do dia final dos prazos, de onde quer que estivessem. Portanto, não mais precisavam se deslocar para o Fórum, a fim de protocolizar suas petições.

Pede-se permissão para, mais uma vez, citar as palavras da Presidência do 13º Regional, por ocasião do lançamento do TRT eletrônico:

Com essa realização, a Justiça do Trabalho eletrônica transpõe o limiar do futuro, ao colocar ao alcance dos jurisdicionados a plena utilização do chamado processo virtual, totalmente seguro, completamente eficaz e perfeitamente ecológico, fruto do já “proverbial engenho e arte paraibanos”, nas palavras do então Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro João Oreste Dalazen, quando esteve neste Estado, no ano passado.

Disse ainda o Presidente que ele não poderia deixar de enfatizar que foram os esforços das administrações recentes deste 13º Regional que possibilitaram esse grande impulso modernizador.

2.2.5.3. Processos Administrativos Eletrônicos

O processo administrativo eletrônico no TRT da 13ª Região foi lançado em 26 de maio de 2009, por meio do Ato nº 96/2009. Para tanto, consideraram-se os princípios que regem a administração pública, preconizados no artigo 37 da Constituição Federal, especialmente o da eficiência, e o critério de “adoção de formas simples, suficientes a propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados”, nos termos da Lei nº 9.784/1999, tudo isso aliado às possibilidades da Lei nº 11.419/2006.

Como o Sistema Único de Administração de Processos – SUAP já havia consolidado a utilização da assinatura digital ou eletrônica, estava tecnologicamente apto para acolher os pedidos formulados no SISPAE, que era o sistema que recebia, desde o ano de 2008, requerimentos digitais dirigidos à Secretaria de Gestão de Pessoas, ao Serviço Médico e ao Núcleo de Magistrados.

O lançamento do processo administrativo eletrônico, assim, decorreu do natural desenvolvimento do SUAP e ampliou essa perspectiva, possibilitando a tramitação digital dos protocolos entre todas as unidades do Tribunal.

2.2.5.4. Fórum Eletrônico da Capital

O lançamento do processo judicial eletrônico no Fórum Maximiano Figueiredo, no qual estão instaladas nove Varas do Trabalho, Central de Mandados Judiciais e Arrematação, Distribuição dos Feitos, Central de Atendimento, Secretaria de Fórum, entre outras unidades, foi decorrência natural da gradual implantação dos novos procedimentos tecnológicos nesta 13ª Região da Justiça do Trabalho.

É sempre importante destacar que o processo judicial eletrônico tem importância ímpar

para os jurisdicionados, para os advogados e para todos aqueles que trabalham nesta Justiça Especializada, porque possibilita tramitação mais célere dos processos, com notável economia de recursos e, principalmente, propicia maior respeito ao ambiente, em observância ao critério ecológico integrante do Plano de Gestão deste Tribunal.

Outra nota digna de destaque é o apoio institucional do Ministério Público do Trabalho e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Os Procuradores do Trabalho neste estado acolheram com entusiasmo os novos procedimentos eletrônicos, dispondo-se, sem abdicar de suas prerrogativas legais e constitucionais, a treinamento e adoção de novas formas de trabalho, as quais, na verdade, lhes trazem vantagem, na medida em que, a todo tempo e de qualquer local, podem visualizar integralmente quaisquer ações judiciais de que façam parte ou nas quais devam emitir pronunciamento.

Da mesma forma, os advogados trabalhistas deste estado e de todo o Brasil fizeram a transição de seus métodos de trabalho com o afinho necessário, porque tinham conhecimento de que, ao final de um processo de aprendizagem, seriam extremamente beneficiados, ante o poder da ubiquidade próprio do processo eletrônico. Pois, a partir de então, podiam praticar todos os atos processuais de seu escritório, de seus lares e de onde quer que estivessem, bastando ter acesso à *World Wide Web*. Os únicos atos que não poderiam fazer remotamente seriam aqueles para cuja prática fosse indispensável a presença, como as audiências.

2.2.5.5. Portal de Jurisprudência

Há muito tempo que o 13º Regional se ressentia da falta de uma ferramenta ágil e eficaz para consulta de sua própria jurisprudência. As sentenças e acórdãos dos Juízes e Desembargadores desta 13ª Região faziam, muitas vezes, referência a decisões de outros Tribunais porque não eram encontrados os assuntos específicos na incipiente jurisprudência até então catalogada neste Regional.

Esse problema foi resolvido com o lançamento do portal de jurisprudência do Tribunal, que, agora, constitui uma poderosa ferramenta de busca dos julgados da Corte. As consultas podem ser feitas por assunto ou mediante critérios específicos: por desembargador, por tipo de processo, por órgão julgador; ou pela conjugação simultânea de todas essas e outras variáveis.

O passo seguinte no aperfeiçoamento da base de jurisprudência será a indexação das ementas das decisões, por meio de uma catalogação padronizada, com ênfase no banco de dados montado a partir o início do funcionamento das Turmas, que se deu no início de 2008, com

posterior tratamento das informações referentes ao período anterior.

É importante destacar que a atualização da base jurisprudencial é automática. Assim que ocorre a publicação de cada acórdão no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, ele passa a constar na base de dados que forma a jurisprudência do Tribunal, extraída diretamente do SUAP.

3 CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

De toda a narrativa exposta até aqui, conclui-se que o planejamento de médio e longo prazo, aliado a uma sintonia administrativa entre os sucessivos gestores do Tribunal, é que propiciaram o sucesso da instalação das Varas do Trabalho Eletrônicas e do próprio Tribunal Eletrônico na 13ª Região da Justiça do Trabalho.

Não se pode deixar de reconhecer a competência e o denodo com que vêm se portando os servidores da área de tecnologia da informação e, naturalmente, também os componentes da Comissão de Informática do Regional, que exercem essa função específica em concomitância com todas as suas outras – naturais – atribuições de magistrados e servidores.

O 13º Regional está tecnologicamente pronto para se transformar no primeiro Tribunal do Trabalho totalmente eletrônico, incluindo todas as suas unidades judiciais e administrativas. Depende, apenas, da finalização do aperfeiçoamento dos *links* das Varas do Trabalho do interior, o que já está em fase final de licitação.

É perspectiva real que, dentro do primeiro semestre de 2010, todas as Varas do Trabalho do estado da Paraíba estejam funcionando, integralmente, de forma eletrônica.

Doravante, nas mesas dos servidores e magistrados não existirão aquelas pilhas de processos que nos acostumamos a ver sempre que se noticiam as vicissitudes do Poder Judiciário brasileiro.

E, melhor ainda, a prestação jurisdicional estará mais transparente, célere e efetiva, em razão das vantagens ofertadas pela tecnologia que, neste caso, chega a serviço do homem.

Mas não é só. O futuro não espera. E a tecnologia evolui a cada instante.

A perspectiva que o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região vislumbra, em futuro próximo, é o aperfeiçoamento do SUAP, mediante criação de novas ferramentas, desta vez em ambiente *Java*, de modo a permitir a migração integral do SUAP para o ambiente da rede mundial. Nessa linha de atuação, a Secretaria de Tecnologia da Informação já vem estudando o desenvolvimento do primeiro módulo em *Java*, que será precisamente aquele que possibilitará aos Oficiais de Justiça da 13ª Região lançarem, remotamente, nos autos eletrônicos, suas certidões de

diligência.

Solucionados os desafios técnicos que essa funcionalidade apresenta, os passos seguintes, rumo ao redimensionamento do SUAP, inteiramente em ambiente de *internet*, serão tão naturais quanto a correnteza das águas em direção às planícies.